

Alguns tópicos para reflexão: *António Esteves Correia (QE-AEBúzio)*

A nível docente:

1. É necessário criar a separação a nível de concurso dos vários grupos incluídos no 530. Esta separação é não só vantajosa mas também necessária para evitar colocações indesejadas para os docentes e para as escolas. Em termos de programação é um problema simples de resolver. Isto permitiria aos Diretores especificar as necessidades de pessoal docente nas diferentes áreas, com a certeza que iriam receber as pessoas certas para as necessidades. (ou será que isso não interessa?!...). O grupo de Mecânica, nomeadamente, necessita anualmente de centenas de docentes, fazendo todo o sentido a criação de um grupo específico para esta área, à semelhança do que acontece com o grupo de Eletrotécnica.
2. Como consequência do ponto anterior, os concursos a nível de escola são pouco claros e servem para perpetuar algumas pessoas nos lugares, muitas vezes sem a competência técnica e científica para o lugar que ocupam. É por isso urgente a criação de uma lista graduada a nível nacional para as diferentes áreas de formação. É frequente ouvirmos dizer que “as pessoas estudam e adaptam-se”. Mas quando alguém é contratado é para ensinar e não para estudar, embora a aprendizagem faça parte do processo normal da evolução ao longo da vida.
3. Outra injustiça em relação aos professores contratados é serem técnicos especializados num ano, docentes outro ano, indo assim alternando ao longo do tempo, sem terem a possibilidade de ganhar qualquer vínculo profissional e acabando por preencher necessidades permanentes do sistema com uma situação profissional precária.
4. Então e os docentes de carreira? Se pretenderem temporariamente exercer funções noutra escola ou agrupamento, ficam atrás de todos os docentes com horário zero ou de zona pedagógica, independentemente da sua graduação profissional. Esta situação leva a que docentes com menos graduação acabem por ficar numa posição mais favorável e conseguirem colocação mais próximo da sua área de residência, enquanto docentes do topo da carreira ficam impedidos de conseguir essa colocação. Será isto correto?

Ao nível da distribuição dos cursos

1. É vergonhoso e chega a ser ridículo que o setor mais exportador do país (Metalomecânica) não veja a necessária renovação de recursos humanos refletida na oferta formativa do ensino público. É necessário acabar com as “modas” e conhecer o tecido empresarial de cada região para poder satisfazer as respetivas necessidades de mão de obra.
2. Assistimos a uma criação de cursos profissionais completamente desenquadrada da realidade regional que acabam por atirar milhares de jovens para o desemprego após a conclusão dos respetivos cursos. Resta acrescentar que a rede escolar acaba por ser uma imposição, chegando alguns Diretores a ser obrigados a limitar as inscrições em determinados cursos em que existe falta de mão de obra qualificada na região. Quem fica a ganhar?

3. É necessária uma valorização dos cursos profissionais para atrair os bons alunos. Os cursos profissionais não podem continuar a ser a “reciclagem” dos casos de insucesso do sistema educativo e ainda receber imposições superiores em termos de taxas de sucesso ou de empregabilidade. Qual o perfil que se pretende para um profissional de determinada área?
4. Seria também importante uma oferta de escola nas áreas técnicas, de forma a permitir aos alunos que completem o 12º ano optarem pelo prosseguimento de estudos ou pela vida profissional. Esta questão é mais pertinente, quando sabemos que cerca de 25 – 30% dos alunos abandonam ou não chegam a concluir o ensino Secundário, faltando referir os que o concluem mas não pretendem ou não conseguem ingressar no ensino superior, ficando assim num grupo que irá ingressar no mercado de trabalho sem qualquer formação específica.